

LEITURAS PARA A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964)

Por Magno Klein Silva

INTRODUÇÃO

A *Política Externa Independente* (PEI) é o termo com que se define a prática e o discurso diplomáticos brasileiros compreendidos entre os anos de 1961 e 1964. Inovadora e revolucionária, esta política recrudesciu a barganha frente aos Estados Unidos, sendo a primeira vez na história do país que se desafiava o predomínio estadunidense nas tomadas de decisão brasileiras. Foram marcas deste período a condecoração ao cosmonauta soviético Iuri Gagarin, ao líder revolucionário Ernesto *Che* Guevara, o reatamento das relações com a União Soviética e a recusa em expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos. Além de outras posições, que somadas, levariam ao esfriamento do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, e ao acirramento da instabilidade interna do Brasil.

A PEI junto com outros fatores internos e externos foi um dos elementos catalisadores de uma crise institucional que se colocou diante da sociedade brasileira e que seria enfrentada com a interrupção do período democrático feita por um golpe civil-militar em 1964.

A política externa brasileira, pela sua iniciativa e inovação, fez parte dos grandes debates na sociedade brasileira no período. Tornou-se tão comum para grande parte da sociedade debater as ações da política externa brasileira que um dos principais chanceleres brasileiros do período achou por bem defender seus argumentos através da publicação de um livro onde justificava as principais ações de sua pasta¹. As posturas do governo brasileiro, aliás, com sua agressividade para com os Estados Unidos fizeram os grupos conservadores temerem um desligamento do país do eixo ocidental, democrático-liberal e capitalista, aumentando as dúvidas quanto às intenções do governo.

Curioso reparar que em meio a uma grande instabilidade política e social que atingiu até o Itamaraty (afinal foram cinco ministros das relações exteriores num período de quatro anos) em que tivemos a posse de dois presidentes e entre eles uma experiência parlamentarista, a diplomacia

¹ DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

se mostrou coesa e coerente, seguindo um pensamento que percorreu todos os chanceleres. Muitos historiadores e cientistas políticos analisaram a Política Externa Independente e será nossa tarefa neste texto apontar quais são as linhas de pensamento dos principais trabalhos sobre o tema.

Jânio Quadros

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros, político independente que para a eleição se aliou aos principais partidos conservadores do país, tomava posse como presidente da república. A ascensão do novo governo significou uma política externa ousada e inovadora que passaria a ser referência para os governos posteriores e a que muitos diplomatas até hoje fazem menção como uma referência de comportamento para a inserção internacional do Brasil².

Jânio Quadros chegou a definir sua política externa através de um artigo na revista *Foreign Affairs*, mas teve pouco tempo para executá-la³. Foram nove meses antes que a pressão interna do país o levasse a renunciar a seu cargo.

O discurso presente no artigo, assim como o apresentado durante a campanha presidencial, se mostrava capaz de aglutinar as principais tendências políticas nacionalistas do país. Este viés nacionalista era beneficiado por um cenário favorável em que os Estados Unidos receavam perder a América Latina de sua órbita de influência, um reflexo da revolução cubana.

Sua política externa, operada pelo senador udenista e liberal Afonso Arinos de Melo Franco no cargo de chanceler, desde o início se pautou como *neutra* no embate político da guerra fria, sem *alinhamentos*. Isso resultou numa política que condecorou o revolucionário e então político Ernesto *Che* Guevara, o que foi extremamente mal recebido pelos setores conservadores do país, em especial a mídia brasileira. A África, os países da Europa Ocidental e a União Soviética foram vistos como uma fronteira a se explorar em busca de mercado para os produtos brasileiros.

Quadros pretendia fazer do Brasil a ponte entre a África e o Ocidente. Na ONU, o Brasil adotou linha própria de apoio ao anticolonialismo e de afastamento da delegação portuguesa, que contava com grandes colônias na África, como Angola e Moçambique. Segundo Amado Cervo, a política externa para a África foi inovadora, mas é passível de críticas. Teria tido equívocos e poucos resultados concretos. “O Brasil vacilara. Apesar de apoiado por lideranças de importantes

² Um destes nomes é o atual ministro das relações exteriores, Celso Amorim, que já afirmou que foi a Política Externa Independente do início dos anos 60 que o fez procurar o Itamaraty (AMORIM, Celso. *Seminário*. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; LESSA, Renato. *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre política externa*. Brasília: Funag, 2009. p. 43).

³ QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy. In: *Foreign Policy*, outubro, 1961. Disponível em: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/23339/j%C3%83%C2%A2nio-quadros/brazils-new-foreign-policy>>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

partidos no Congresso no tocante a um eventual voto na ONU contra o colonialismo, o governo absteve-se em razão de compromissos anteriores com Portugal”⁴.

Além disso, pela primeira vez o país alterava o âmbito da sua diplomacia de um contexto *subregional* para uma *mundialização* das relações internacionais brasileiras. Lembremos que Quadros enviou seu vice-presidente, João Goulart, para uma missão comercial à China no ano de 1961.

O discurso de Quadros pregava uma maior aproximação entre as nações subdesenvolvidas em busca do desenvolvimento econômico, numa fala muito próxima à proposta da Operação Pan-Americana do presidente Juscelino Kubitschek (1958). A política externa passava a ser um "instrumento" de uma política nacional de desenvolvimento⁵.

Mas além de uma abordagem econômica também havia um contexto político, e os discursos diplomáticos passaram a enfocar com maior ênfase a questão da *não-intervenção* na política interna dos países por outros Estados e do direito a *autodeterminação* dos povos. Isso fica claro na postura brasileira a favor do processo de descolonização e em especial da África sob o domínio português.

Este posicionamento novo diante do mundo certamente exigia uma maneira diferente de se lidar com os Estados Unidos. A busca por um *não-alinhamento* significava assumir uma postura nova até então perante a potência do Norte. E esta nova postura se realizou num afastamento político-diplomático que, num momento de guerra fria, deu a entender a alguns grupos que se o Brasil se afastava da *direita*, se encaminhava para a *esquerda*.

Ainda assim, vale destacar que a autonomia que se pretendia dos Estados Unidos e da guerra fria não posicionava o país mais próximo do Movimento dos Não-alinhados ou do neutralismo, não para seus formuladores. Para Amado Cervo, Quadros não perdia de vista o fato que o país era integrante do “mundo livre” e era ideologicamente *ocidental*⁶.

A administração Jânio Quadros pode ser percebida como possuindo duplo caráter, de elementos conflitantes. Sua política externa possuía uma postura agressiva, inovadora e ativa, e internamente sua política era conservadora. Tal dualidade soava em muitas vezes aparentemente conflitante⁷.

⁴ CERVO, p. 321.

⁵ OLIVEIRA, Henrique Altemani. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 92.

⁶ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. p. 315.

⁷ CERVO, p. 326.

Um dos eventos que contribuíram para isso foi que Quadros também enviou um delegado à reunião dos Chefes de Países Não-alinhados no Cairo. O que aumentou a irritação de muitos conservadores brasileiros.

A instabilidade interna foi crescendo e seu apoio interno estava cada vez mais enfraquecido. A crise política era tão grande que Quadros renunciou ao cargo em busca de maior apoio político e de um apelo para retornar ao cargo de presidente. O plano não aconteceu como esperado, sua renúncia foi aceita, e uma crise institucional se instalou para que o vice-presidente do partido trabalhista brasileiro João Goulart não assumisse o cargo.

Em meio a muitas negociações, sua posse foi aceita, mas com a condição de que seus poderes fossem diminuídos pela formação de um regime parlamentarista. Assume o cargo de primeiro-ministro o deputado Tancredo Neves, a quem coube a administração do governo e a escolha da composição da pasta ministerial.

Para o cargo de ministro das relações exteriores do país é escolhido o também deputado San Tiago Dantas.

O parlamentarismo de João Goulart

San Tiago Dantas assumiu o cargo em setembro de 1961, em meio à política externa independente, e não só a manteve, mas foi um de seus mais importantes formuladores.

Dantas reforçou a tentativa de construção de uma política externa que pertencesse a um escopo geral de uma política voltada para o desenvolvimento econômico e para a reforma social. Buscava-se com a PEI, ampliar as relações comerciais do Brasil, que via sua população crescer e projetava atingir a marca de 100 milhões de habitantes em 1970. Um grande mercado interno potencial, que precisaria da diversidade nas relações internacionais para cumprir seu projeto.

Dantas sistematizou as principais diretrizes da PEI em quatro tópicos:

1. Contribuição à paz mundial, com a reaproximação dos países socialistas e uma solução legalista para a crise cubana, além de propostas pelo desarmamento no planeta.
2. Reafirmação dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos.
3. Expansão do mercado externo brasileiro, já que mercado interno e a economia brasileira estão em expansão.
4. E apoio à luta anti-colonial.

Dantas foi grande responsável pela continuação da mundialização da política externa brasileira, com a tentativa de reatamento do relacionamento com os países do bloco soviético, a que

teve grande dificuldade de convencer os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Em seus discursos se apontava a necessidade de universalização das relações internacionais do Brasil não só em busca de novos mercados para os produtos do país, mas também para contribuir num processo de coexistência no planeta e assim, para a causa da paz, uma das prioridades da PEI.

O ministro reafirmou que tal aproximação não negava os princípios da democracia representativa que apontava como parte da tradição política brasileira. Para justificar a medida, afirmava que o país buscava novos mercados, que a África apresentava poucas perspectivas comerciais ao Brasil, assim como a América Latina, e a Europa, com a formação do Mercado Comum Europeu, caminhava para um maior protecionismo.

O bloco soviético apresentava o maior índice de crescimento comercial do mundo. Muitos criticavam dizendo que as possibilidades não se realizariam ou que as reais intenções da URSS eram a penetração de ideias comunistas num país que ainda carecia de coesão social, como o Brasil.

Para Amado Cervo, os argumentos da PEI eram coerentes, mas não teriam sido tão bem apresentados:

Tal esforço pela ampliação do mercado exterior brasileiro só poderia ser visto com naturalidade, mas a PEI foi mal apresentada, engajada a uma retórica que agradava às esquerdas, fato que assustou, nomeadamente, os conservadores, numa conjuntura mundial de recrudescimento da bipolaridade.⁸

A Política Externa Independente não negava a importância dos Estados Unidos nas relações comerciais brasileiras, conforme defendeu Dantas frente à Câmara dos Deputados as ações de sua pasta. Porém, o estigma, a simbologia, o antiamericanismo ficariam associados à política externa do período.

O relacionamento com os Estados Unidos também sofreu com o desapontamento interno fruto dos resultados oriundos da Aliança para o Progresso. Vista pelos críticos como uma maneira de manter e reforçar a influência dos Estados Unidos sobre a América Latina, a Alpro foi também um esforço para neutralizar a revolução cubana. Cervo comenta que a decepção era generalizada. “A Aliança, vista como reformista, era combatida tanto pela esquerda como pela direita na América Latina”. Nem a opinião pública dos países estava satisfeita⁹.

O Brasil aceitava a ajuda mas queria autonomia para decidir quanto à maneira de se conduzir o desenvolvimento, por isso se insistia tanto que o interesse do país era por recursos

⁸BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. p. 346.

⁹ CERVO, p. 325, 326.

públicos e não privados. Cervo comenta como era comum reclamar dos poucos efeitos práticos da medida e da deterioração dos preços dos produtos latino-americanos.

Com isso ficava claro que os governos dos dois países tinham interesses diferentes. Para o Brasil a busca pelo desenvolvimento não se conectava diretamente com a meta da manutenção da segurança regional¹⁰.

Mas o enfoque global da nova política externa brasileira não a impediu de dar prestígio às questões latino-americanas. Assim, o Brasil buscou uma aproximação com a Argentina de Frondizi, mas o processo foi interrompido com a deposição do presidente argentino.

Outra questão a que se propôs com grande afinco foi o debate acerca da permanência da Cuba revolucionária no bloco de países do continente. O Brasil capitaneou um esforço para que o país não fosse retirado da Organização dos Estados Americanos. San Tiago Dantas afirmava que se isso ocorresse só restaria a Cuba se alinhar à União Soviética. O chanceler acreditava que um regime especial deveria ser dado à ilha, para que ela pudesse retornar ao regime democrático pela influência de seus vizinhos.

Mesmo que o sistema interamericano incluísse artigos que defendessem a soberania absoluta e proibissem a intervenção nos assuntos internos, muitos países da região eram marcados por instabilidade política e intervenções militares externas. A complexidade dês fenômeno é apresentada por Wrobel:

A preservação de instituições democráticas liberais sempre foi uma questão política de grande importância no hemisfério. No contexto da guerra fria, a reivindicação de que fossem respeitados os governos representativos foi usada como defesa de qualquer ordem social que fosse nominalmente liberal, ou seja, pró-Occidente. Em nome da defesa contra a insurreição e as ideologias de inspiração externa, governos autoritários e repressivos chegaram ao poder e foram aceitos pelo sistema interamericano como exceções temporárias, necessárias à luta contra um inimigo resiliente e destrutivo, a saber, o comunismo internacional¹¹.

A mídia via com cautela a postura brasileira, mas o governo recebeu indicativos de que parte da opinião pública apoiava suas posições. Amado Cervo comenta que o público acompanhava o desenrolar da crise cubana e a parte dele agradava o posicionamento brasileiro. Afinal,

o momento era de contestação do imperialismo. A atitude do Brasil de não acompanhar a política exterior norte-americana confundia-se com afirmação de

¹⁰ ALTEMANI, p. 88.

¹¹ WROBEL, Paulo. Aspectos da política externa independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n.12, 1993. p. 200.

soberania. Não intervenção e autodeterminação dos povos eram então palavras de ordem¹².

O Brasil apresentou uma postura agressiva na luta contra o colonialismo. Mais ativa do que a feita pelo governo anterior de Juscelino Kubitschek. Mas, no que se tratava de defender nos foros internacionais a independência de Angola, a posição brasileira se dividiu entre seu relacionamento histórico com Portugal e a opinião decidida de pôr fim ao colonialismo. Amado Cervo define as opiniões públicas de San Tiago Dantas sobre a independência de Angola de *moderadas*. Conciliar o princípio da autodeterminação dos povos com a tradicional amizade com Portugal era difícil no quadro conjuntural de então¹³.

No relacionamento com Portugal houve avanços e recuos a respeito do processo de descolonização, que no final a participação brasileira não foi decisiva para as independências de Angola ou Moçambique, que só iriam ocorrer mais de 10 anos depois em 1975.

Data do período em que Dantas esteve no cargo de Chanceler a Conferência do Desarmamento em Genebra em que o Brasil adotou posição de equidistância do conflito Leste x Oeste. Reunindo-se a um grupo de países auto-intitulado não-alinhados, o país se colocou contra os testes com explosões atômicas.

Depois de San Tiago Dantas a pasta foi novamente ocupada por Afonso Arinos de junho a setembro de 1962. San Tiago Dantas tentou se candidatar para o cargo de primeiro-ministro do país. Não conseguiu agregar apoio à candidatura, e de qualquer maneira o parlamentarismo no país encerraria sua experiência resgatando poderes maiores ao presidente João Goulart. Dantas sofreu tal desgaste junto aos dois grandes partidos - PSD e UDN -, que a não-aceitação de seu nome para a função de primeiro-ministro foi em parte devida a sua política externa¹⁴.

No final de setembro, assume a pasta Hermes Lima. O mundo se prende à crise dos mísseis que se inicia no mês seguinte, em outubro de 1962. O governo brasileiro apoia um bloqueio à ilha, mas permanece irredutível em apoiar uma intervenção militar.

Coube a Hermes Lima o ministério das relações exteriores no retorno ao regime presidencialista no Brasil. Alguns grupos conservadores receavam sua postura na pasta, mas ele teve atuação moderada no cargo. Nos organismos internacionais, foi atuante defensor dos países subdesenvolvidos e teve postura conciliatória nas negociações sobre desarmamento. Quanto à África, porém, houve recuos, com uma ação muito mais retórica do que prática. Chegou a defender

¹² BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. p. 340.

¹³ CERVO, 2008, p. 342

¹⁴ CERVO, p. 348.

um processo de descolonização ordenada das nações africanas com colaboração das nações colonizadoras.

Mais outros dois ministros seguiriam a Lima: Evandro Cavalcanti Lins e Silva e João Augusto Araújo Castro, este grande contribuinte para o pensamento da PEI.

Lins e Silva permaneceu no cargo entre junho e agosto de 1963 e Araújo Castro até a deposição do presidente, em março de 1964. Este último é referido nos principais estudos da PEI como um dos aprofundadores dos fundamentos desta política. Sua contribuição data até antes da posse no cargo¹⁵.

Defendeu a Organização das Nações Unidas como o fórum por excelência para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Para Araújo Castro haveria uma unidade entre as pequenas e médias potências, da qual o Brasil faria parte, que possuía interesses semelhantes em temas como desarmamento, desenvolvimento econômico e descolonização.

É de Araújo Castro uma das leituras mais completas do que foi a PEI. Para ele, tal política se resumiria na fórmula dos três "D": desenvolvimento, desarmamento e descolonização.

A descolonização, assim como o desarmamento, era um tema relativamente novo na política externa brasileira. Paulo Wobrel comenta que parte desta guinada foi uma maneira de se mostrar mais confiável a novos mercados na África e na Ásia.

O desarmamento era um tema presente na política externa brasileira desde a participação na Liga das Nações e era uma questão recorrente entre os países "fracos". O discurso brasileiro insistia que o desarmamento mundial fosse feito e que a liberação de recursos desta medida fosse direcionada à investimentos em programas de desenvolvimento. O relacionamento entre desarmamento-desenvolvimento havia estado presente em várias reuniões da ONU ao longo dos anos 50 e sem qualquer resultado concreto, além disso era um argumento constantemente vinculado ao lado soviético, o que tendia o argumento ao descrédito de sua viabilidade¹⁶.

Leituras da Política Externa Independente

Este período da história da diplomacia brasileira é certamente um dos mais estudados, e também um dos mais atribulados, de todo o século XX. Tal interesse se reflete na diversidade de visões e opiniões a respeito da Política Externa Independente.

Paulo Vizentini (2008) aponta que as abordagens a respeito deste tema poderiam ser agrupadas em três grandes eixos: diplomático, econômico e social.

¹⁵ CERVO, p. 349.

¹⁶ WROBEL, p. 196

A leitura diplomática compreenderia que a PEI foi conscientemente uma maneira de questionar o *status quo* e negociar uma forma de inserção internacional do país, “dito mais claramente, renegociar a forma de subordinação”¹⁷, num período em que internacionalmente perdia força a percepção bipolar do mundo e se deteriorava o relacionamento com os Estados Unidos.

Este tipo de pensamento está presente, por exemplo no estudo de Henrique Altemani de Oliveira, que aponta a PEI como a primeira tentativa de inserção brasileira autônoma no cenário internacional, um esboço de uma política externa que atingiria sua “maior capacidade de ação” durante o governo do general Geisel e de sua política do *pragmatismo responsável*.

Pertenceriam também à leitura de viés político grande parte das críticas feitas à PEI. Alguns críticos, por exemplo, a definiam como *ideologizada* e voltada para agradar a grupos internos do país. Roberto Campos, um destes críticos, comentaria que o afastamento dos Estados Unidos seria fruto de um anti-americanismo tolo, uma espécie de “política da pirraça”¹⁸.

A PEI para Altemani aproveitaria uma conjuntura internacional favorável, com o surgimento de novos polos de poder, para questionar o regime bipolar e garantir uma inserção *universalizante*.

A leitura *econômica* definiria a PEI como um “instrumento diplomático do *interesse nacional*” em busca do desenvolvimento brasileiro num período de queda contínua dos preços das matérias-primas exportadas pelo país.

Um dos autores que utilizam o perfil econômico do país como uma chave de entendimento da política externa do período é Amado Cervo. Para o autor, a unidade presente nos quatro anos da PEI é devida à nova configuração econômica brasileira que alterava a relação de complementaridade com a economia estadunidense. Cervo identifica esta tendência desde o segundo governo Vargas, resultando num afastamento de longo prazo do alinhamento com os Estados Unidos¹⁹.

A terceira leitura, sociológica, indica a PEI como resultado de transformações internas da sociedade brasileira, como a industrialização e urbanização que passavam o país nas décadas de 50 e 60.

¹⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa independente (1961-64): história e diplomacia**. In: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Documentos da política externa independente*. vol. 2. Brasília: Funag, 2008. p. 27.

¹⁸ CAMPOS, Roberto. **Reflexões sobre a política externa brasileira**. Brasília: Funag, 1993. p. 269 *apud* OLIVEIRA, p. 92.

¹⁹ CERVO, p. 327.

Claro, estas três leituras não são excludentes entre si. Existe um fio condutor do processo histórico que unifica a todos esses enfoques e que dá unidade e inovação à Política Externa Independente.

A partir desses elementos teóricos e dessa realidade histórica, considera-se que a Política Externa Independente constituiu um projeto coerente, articulado e sistemático, visando a transformar a atuação internacional do Brasil. Até então, a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial²⁰.

Além destes enfoques, há grandes temas transversais a que muitos autores fazem menção em suas pesquisas.

Amado Cervo, por exemplo, afirma que a unidade presente no trabalho dos cinco ministros das relações exteriores é devida a uma mesma inspiração baseada nas ideias do que ele chama de "nacional-desenvolvimentismo-populista"²¹.

Para este autor, aqueles principais aspectos que comentamos – diplomáticos, econômicos, sociais - estão presentes na PEI, mas de uma maneira peculiar. A política externa iniciada no governo Jânio Quadros visava ao desenvolvimento industrial do Brasil, possuía caráter avançado (bem mais do que a política interna que muitas vezes se apresentava bem conservadora), e pregava o afastamento dos Estados Unidos também com o objetivo de agradar a diversos setores internos da sociedade.

Conclusão

A Política Externa Independente é um dos momentos mais importantes da história diplomática brasileira. Seu caráter inovador fez com que muitos de seus objetivos tenham sido explorados de maneira imatura e amadora, afinal era um período de aprendizado. De qualquer maneira, foi a partir deste momento que ficou claro que o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos é uma opção de governo, e não um destino do país.

A importância que o hemisfério sempre teve na política externa brasileira não foi deixada de lado, mas se apresentou a possibilidade de novas fronteiras em busca de parcerias e acordos comerciais para o país. África, Ásia, Leste Europeu passaram a fazer parte dos interesses brasileiros.

²⁰ CERVO, p. 328.

²¹ CERVO, p. 309.

O momento interno era extremamente delicado e conturbado. Talvez de uma intensidade inédita até então e que não se repetiria após aquele momento. Seu discurso de afastamento moderado dos Estados Unidos para muita gente soou como aproximação da ideologia soviética. Num momento de guerra fria era a eliminação natural das hipóteses. Também contribuiu para garantir a falta de consenso interno no país sobre a política externa a “importação” da guerra fria para o interior do país. A elite brasileira estava cada vez mais assustada com os discursos presidenciais e com a possibilidade de estar em risco a posição capitalista do Brasil.

Porém, se o discurso da PEI era ousado, certamente não era *esquerdista*. Com o golpe civil-militar de 1964 a política externa do país sofreu um retrocesso e retornou a um alinhamento automático aos Estados Unidos. Mas essa postura não duraria muito tempo. Tradicionalmente o posicionamento alinhado não trouxe vantagens diretas ao país, e foi isso o que ocorreu depois do golpe. E assim o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) iria retornar, e até mesmo aprofundar, grande parte dos paradigmas presentes na primeira metade dos anos 60 com a PEI, provando que aquele discursos não tinha caráter puramente ideológico – mesmo que não se possa descartar este viés.

Com o final do governo Luís Inácio “Lula” da Silva é possível se aproximar sua política externa daquela de que comentamos do início dos anos 60. As duas possuem caráter inovador, marcando grande ineditismo no momento em que foram implementadas.

Nos dois casos essa “novidade” foi vista de maneira agressiva por parte considerável da imprensa e da elite do Brasil. Nos dois momentos, estes setores se mostraram particularmente incomodados com a forte autonomia da política externa brasileira, particularmente com seu caráter de afastamento dos Estados Unidos.

Bibliografia

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; LESSA, Renato. **San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre política externa**. Brasília: Funag, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

QUADROS, Jânio. **Brazil's new foreign policy**. In: Foreign Policy, outubro, 1961. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23339/j%C3%83%C2%A2nio-quadros/brazils-new-foreign-policy>>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa independente (1961-64): história e diplomacia**. In: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). Documentos da política externa independente. vol. 2. Brasília: Funag, 2008.

VIZENTINI, _____. **O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)**. Rio de Janeiro: Rev. Bras. Polít. Int. 37 (1):24-36 [1994].

VIZENTINI, _____. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WROBEL, Paulo. **Aspectos da política externa independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n.12, 1993. p. 191-209.